

O Mundo do Trabalho

Octavio Ianni

A nova divisão internacional do trabalho

O que caracteriza o mundo do trabalho no fim do século XX, quando se anuncia o século XXI, é que este tornou-se realmente global. Na mesma escala em que ocorre a globalização do capitalismo, verifica-se a globalização do mundo do trabalho. No âmbito da fábrica global criada com a nova divisão internacional do trabalho e produção — ou seja, a transição do fordismo ao toyotismo e a dinamização do mercado mundial, amplamente favorecidas pelas tecnologias eletrônicas — colocam-se novas formas e novos significados do trabalho. São mudanças quantitativas e qualitativas que afetam não só os arranjos e a dinâmica das forças produtivas, mas também a composição e a dinâmica da classe operária. A própria estrutura social, em escala nacional, regional e mundial, é atingida pelas mudanças. Na medida em que a globalização do capitalismo, considerada inclusive como processo civilizatório, implica a formação da sociedade global, rompem-se os quadros sociais e mentais de referência estabelecidos com base no emblema da sociedade nacional.

Octavio Ianni — Sociólogo. Professor do Departamento de Sociologia da UNICAMP.
Autor de *A Sociedade Global*, entre outros.

A globalização do mundo abre outros horizontes sociais e mentais para indivíduos, grupos, classes e coletividades; nações e nacionalidades; movimentos sociais e partidos políticos; correntes de opinião pública e estilos de pensamento. As condições e as possibilidades da cultura e da consciência já envolvem também a sociedade global. Tudo o que continua a ser local, provinciano, nacional e regional — compreendendo identidades e diversidades, desigualdades e antagonismos — adquire novos significados, a partir dos horizontes abertos pela emergência da sociedade global.

Se aceitamos que o capitalismo globalizou-se, não só pelos desenvolvimentos da nova divisão internacional do trabalho, mas também por sua penetração nas economias dos países que compreendiam o mundo socialista, então é possível afirmar que o mundo do trabalho tornou-se realmente global. Sob as mais diversas formas sociais e técnicas de organização, o processo de trabalho e produção passou a estar subsumido aos movimentos do capital em todo o mundo. Antes da desagregação do bloco soviético, simbolizada pela queda do Muro de Berlim em 1989, já havia alguma ou muita influência do capitalismo em diversos países socialistas.¹ A agressividade e a expansividade das forças sociais, econômicas, políticas e culturais do capitalismo afetavam duramente o mundo socialista como um todo. Aliás, a desagregação do bloco soviético foi provocada, em certa medida, também por essa agressividade e expansividade; o que não significa esquecer ou minimizar os desacertos internos. A realidade é que no fim do século XX, quando já se anuncia o XXI, a globalização do capitalismo carrega consigo a globalização do mundo do trabalho, compreendendo a questão social e o movimento operário.

Ainda que incipiente, esse mundo do trabalho e o conseqüente movimento operário apresentam características mundiais: são desiguais, dispersos pelo mundo, atravessando nações e nacionalidades, implicando diversidades e desi-

gualdades sociais, econômicas, políticas, culturais, religiosas, lingüísticas, raciais e outras. Inclusive apresentam as peculiaridades de cada lugar, país ou região, por suas características históricas, geográficas e outras. Entretanto, há relações, processos e estruturas de alcance global que constituem o mundo do trabalho e estabelecem as condições do movimento operário.

Não se deve esquecer que nos países que pertenciam ao bloco soviético e ao mundo socialista como um todo a presença do trabalhador assalariado em geral e a do operário em particular são excepcionalmente importantes. Trata-se de uma categoria numerosa, diversificada e experimentada politicamente, em países nos quais as classes médias formaram-se apegadas às burocracias governamentais; e as burguesias nascentes começam a formar-se. Dentre os vários dilemas enfrentados nesses países, em transição do “planejamento centralizado” à “economia de mercado”, está precisamente o estabelecimento das “novas” formas de organização do processo de trabalho, das relações trabalhistas, das condições jurídico-políticas de organização do movimento operário. “A redução e o possível fechamento de ramos industriais tradicionais, com alta concentração de empregados (minas, usinas siderúrgicas, fábricas), nos quais em geral havia também sindicatos razoavelmente fortes, a redução do tamanho das empresas, o caráter temporário dos empregos e a maior mobilidade dos empregados, sinergeticamente provocarão, nas sociedades pós-comunistas, mudanças nas relações entre as instituições vigentes — principalmente entre os sindicatos e as empresas, os sindicatos e os partidos políticos — mas também entre empregadores e empregados individualmente; no futuro será bem difícil chegar-se a princípios e acordos aceitáveis e aplicáveis em geral”.²

Esse é o contexto em que se colocam as novas formas e os atuais significados do trabalho. Não se trata de afirmar que o capitalismo global nada tem a ver com o capitalismo nacional, ou que os capitalismo competitivo, monopolístico e de estado estão superados pelo global.

É claro que há segmentos, instituições e estruturas de uns e outros em muitos lugares, de permeio ao global. O desenvolvimento capitalista tem sido sempre desigual e contraditório, inclusive provocando articulações e tensões de tempos e espaços, contemporaneidades e não-contemporaneidades. Porém, cabe reconhecer que não já é realidade o capitalismo global, implicando novas formas sociais e novos significados do trabalho.

“Se, globalmente, pode-se definir a revolução industrial do século XVIII pela passagem da ferramenta à máquina-

1. FROBEL, F.; HEINRICH, J. e KREYE, O. *The New International Division of Labour* (Structural Unemployment in Industrialised Countries and Industrialisation in Developing Countries), trad. de Pete Burgess. Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

KOVES, A. “Socialist economy and the world-economy”. *Review*, vol. V, n.1, 1981, p.113-133.

KURZ, R. *O Colapso da Modernização*, trad. de Karen Elsabe Barbosa. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

2. MUSIL, J. “New social contracts: responses of the state and the social partners to the challenges of restructuring and privatisation”. *Labour and Society*. Geneva, v.16, n.4, 1991, p.381-399; citação da p.393.

Consultar também:

MANDEL, D. “The rebirth of the soviet labor movement: the coalminers’ strike of July 1989”. *Politics & Society*. Madison, v.18, n.3, 1990, p.381-404.

FRIEDGUT, T. e SIEGELBAUM, L. “Perestroika from below: the soviet miners’ strike and its aftermath”. *New Left Review*. Londres, n.181, 1990, p.5-32.

ferramenta, a automação designaria a passagem da máquina-ferramenta ao sistema de máquinas auto-reguladas — o que implica a capacidade das instalações automatizadas de substituir não somente a mão humana, mas também as funções cerebrais requisitadas pela vigilância das máquinas-ferramenta. Poder-se-ia definir, pois, a automação pela auto-regulação das máquinas em ‘circuito fechado’. Noutras palavras, a máquina se vigia e se regula a si mesma.

“No entanto, e em oposição absoluta ao mito da ‘fábrica sem homens’, a intervenção humana está longe de desaparecer. Muito ao contrário, ela nunca foi tão importante. Reduzida a apêndice da máquina-ferramenta durante a revolução industrial, o homem, a partir de agora e inversamente aos lugares-comuns, deve exercer na automação funções muito mais abstratas, muito mais intelectuais. Não lhe compete, como anteriormente, alimentar a máquina, vigiá-la passivamente: compete-lhe controlá-la, prevenir defeitos e, sobretudo, otimizar o seu funcionamento. A distância entre o engenheiro e o operário que manipula os sistemas automatizados tende a desaparecer ou, pelo menos deverá diminuir, se se quiser utilizar eficazmente tais sistemas. Assim, novas convergências surgem entre a concepção, a manutenção e uma produção material que cada vez menos implica trabalho manual e exige cada vez mais, em troca, a manipulação simbólica”.³

A flexibilização dos processos de trabalho e de produção implica uma acentuada e generalizada potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho. As mesmas condições organizatórias e técnicas da produção flexibilizada permitem a dinamização quantitativa e qualitativa da força produtiva do trabalho. No lugar da racionalidade característica dos padrões manchesteriano, taylorista, fordista ou sthakanovista, adota-se a racionalidade mais intensa, geral e pluralizada da organização toyotista ou flexível do trabalho e produção.

“A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços finan-

ceiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a ‘Terceira Itália’, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ no mundo capitalista — os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado.

“Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo talvez no Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ (em oposição a ‘ficcional’), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical — uma das colunas políticas do regime fordista. O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis”.⁴

Está em curso a “revolução” microeletrônica, envolvendo novas formas de automação e robótica. Multiplicam-se e intensificam-se as possibilidades de racionalização do processo produtivo. Criam-se novas especializações e alteram-se as condições de articulação entre as forças produtivas, bem como do trabalho intelectual e manual. O operário, o técni-

3. LOJKINE, J. *A Classe Operária em Mutações*, trad. de José Paulo Netto. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, p.18.

4. HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna* (uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural), trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola, 1992, p.140-143.

co e o engenheiro são postos em novas relações recíprocas e contínuas, diversificadas e inovadoras, no âmbito do processo produtivo. “Diferentemente das megatecnologias do período industrialista, que se tornavam obstáculo ao desenvolvimento descentralizado, enraizadas em suas comunidades de base, a automação é ela mesma socialmente ambivalente. Enquanto as megatecnologias eram tecnologias-rígidas, a microeletrônica é uma tecnologia-encruzilhada: não impede nem impõe um tipo de desenvolvimento. Diferentemente da eletronuclear ou da indústria espacial, ela pode servir tanto à hipercentralização como à autogestão, ou à centralização autogestionada”.⁵

O padrão flexível de organização da produção modifica as condições sociais e as técnicas de organização do trabalho, torna o trabalhador polivalente, abre perspectivas de mobilidade social vertical e horizontal, acima e abaixo, mas também intensifica a tecnificação da força produtiva do trabalho, potenciando-a. O trabalhador é levado a ajustar-se às novas exigências da produção de mercadoria e excedente, lucro ou mais-valia. Em última instância, o que comanda a flexibilização do trabalho e do trabalhador é um novo padrão de racionalidade do processo de reprodução ampliada do capital, lançado em escala global.

“Não é, pois, de admirar que, desde os começos da década de 70 em diante, a diversificação dos mercados, as maiores flutuações dos níveis de demanda e os índices de protesto organizado e espontâneo de trabalhadores levaram os dirigentes empresariais a experimentar formas alternativas aos métodos tradicionais de montagem. Na Europa Ocidental e nos Estados Unidos estes experimentos foram muitas vezes acompanhados de (algumas vezes sinceras) especulações sobre as compensações da humanização do trabalho: criação de empregos menos rotinizados, pela combinação de tarefas anteriormente separadas (valorização da atividade); ou, permitindo aos trabalhadores circular de um posto a

outro (rotação de tarefa), seria possível provocar maior satisfação e, portanto, maior produtividade dos trabalhadores”.⁶ Mas logo “tornou-se claro, para observadores tais como Federico Butera, Benjamin Coriat e Norbert Altmann, que as experiências dos dirigentes empresariais tinham menos relação com o bem-estar dos trabalhadores do que com a necessidade de reduzir a rigidez dos processos de montagem vigentes”.⁷

Um dos segredos do trabalho social abstrato e geral é a racionalização do processo produtivo, ou a organização técnica e administrativa do processo de trabalho, compreendendo a mobilização dos ensinamentos do taylorismo, fordismo, sthakanovismo e toyotismo. Também as ciências sociais, tais como a sociologia, psicologia, administração, antropologia, demografia e outras, sem esquecer a posição privilegiada da economia, combinam-se com a engenharia, eletrônica e informática, de modo a alcançar os níveis mais avançados possíveis de racionalização. “Respeito pela dignidade humana, tal como a entende Toyota, significa eliminar da força de trabalho as pessoas ineptas e parasitas, que não deveriam estar ali; e despertar em todos a consciência de que podem aperfeiçoar o processo de trabalho por seu próprio esforço e desenvolver o sentimento de participação. Descobrir e eliminar seqüências desnecessárias de trabalho e movimentos supérfluos por parte dos trabalhadores é algo também relativo ao empenho da racionalização”.⁸

A rigor a flexibilização envolve todo um rearranjo interno e externo da classe operária, em âmbitos nacional, regional e mundial. Modificam-se os seus padrões de sociabilidade, vida cultural e consciência, simultaneamente às condições de organização, mobilização e reivindicação. Os padrões de trabalho, organização e consciência que foram produzidos e sedimentados no âmbito da sociedade nacional são reelaborados ou abandonados, já que a nova divisão internacional do trabalho e produção, na fábrica, estabelece outros horizontes e limites de sociabilidade, organização e consciência. “As empresas praticam uma estratégia de flexibilização em dois níveis simultâneos: o núcleo estável do pessoal da firma deve ter uma flexibilidade funcional; a mão-de-obra periférica, por seu lado, deve apresentar uma flexibilidade numérica. Em outros termos, em torno de um núcleo de trabalhadores estáveis, apresentando um amplo leque de qualificações, flutua uma mão-de-obra periférica, de qualificações menores e mais limitadas, submetida ao acaso da conjuntura”.⁹

A globalização do capitalismo provoca novo surto de desenvolvimento do mercado mundial de força de trabalho.

5. GORZ, A. *Les Chemins du Paradis* (L'Agonie du Capital). Paris, Editions Galilée, 1983, p.67.

6. SABEL, C.F. *Work and Politics* (The Division of Labor in Industry). Cambridge, Cambridge University Press, p. 213.

7. Idem, ibidem, p.213.

8. DOHSE, K.; JURGENS, U. e MALSCH, T. “From fordism to toyotism? The social organization of the labor process in the japanese automobile industry”. *Politics & Society*. Los Altos, v.14, n.2, 1985, p.115-146; citação da p.127.

Consultar também:

AYRES, R.U. *La Próxima Revolución Industrial*, trad. de Edith Martínez. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

BARITZ, L. *The Servants of Power* (A History of the use of Social Science in American Industry). New York, John Wiley & Sons, 1965.

9. GORZ, A. *Métamorphoses du Travail* (Critique de la Raison Économique). Paris, Éditions Galilée, 1991, p.89.

A despeito das barreiras e preconceitos sociais, raciais, políticos, culturais, religiosos, lingüísticos e outros, cresce o movimento de trabalhadores em escalas regional, continental e mundial. Aliás, uma parte importante dos movimentos de trabalhadores no interior de cada sociedade nacional é provocada pela mundialização dos mercados. Multiplicam-se as direções dos movimentos migratórios, em função do mercado de força de trabalho, da progressiva dissolução do mundo agrário, da crescente urbanização do mundo, da formação da fábrica global.

A partir do momento em que o capitalismo ingressa em novo ciclo de desenvolvimento intensivo e extensivo pelos quatro cantos do mundo, intensifica-se e generaliza-se também o movimento mundial de trabalhadores. “O movimento do trabalho internacionalizou-se até certo ponto, muito embora ainda regulamentado, em cada país, pela ação governamental na tentativa de conformá-lo às necessidades nacionais do capital. Assim, a Europa Ocidental e os Estados Unidos agora dispõem de um vasto reservatório que se estende por ampla região da Índia e Paquistão no leste, passando pelo norte da África e extremo sul da Europa, por todo o Caribe e outras partes da América Latina no Ocidente. Trabalhadores hindus, paquistaneses, turcos, gregos, italianos, africanos, espanhóis, das Índias Orientais e outros suplementam a subclasse indígena na Europa Setentrional e constituem seus estratos mais baixos. Nos Estados Unidos, o mesmo papel é desempenhado pelos trabalhadores porto-riquenhos, mexicanos e outros da América Latina, que foram acrescentados ao reservatório de trabalho mais mal pago constituído sobretudo de negros”.¹⁰

Assim como o capital e a tecnologia, a força de trabalho e a divisão do trabalho também tecem o novo mapa do mundo. Mesclam-se raças, culturas e civilizações, nos movimentos migratórios que atravessam fronteiras geográficas e políticas, articulando nações e continentes, ilhas e arquipélagos, mares e oceanos. Muitos são os que se dester-

ritorializam, buscando outros espaços e horizontes, reterritorializando-se aquém e além do fim do mundo. Agora o exército industrial de trabalhadores atinge dimensões mundiais, mesclando, sob novas modalidades, raças, idades, sexos, religiões, línguas, tradições, reivindicações, lutas, expectativas e ilusões.

“O desenvolvimento de um reservatório mundial de força de trabalho potencial: este reservatório é praticamente inexaurível, já que o capital pode mobilizar várias centenas de milhões de trabalhadores potenciais, principalmente na Ásia, África e América Latina, e também, em outro sentido, nos países ‘socialistas’. A maior parte desta força de trabalho consiste da superpopulação latente em áreas rurais que, devido ao emprego do capital na agricultura (‘Revolução Verde’, etc.) provoca um fluxo constante de indivíduos para áreas urbanas e favelas, em busca de empregos e ganho, de tal modo que constitui um suprimento praticamente inexaurível de trabalho. Outro setor é composto pelos trabalhadores integrados no processo produtivo do capital, por meio de contratos em países ‘socialistas’, em favor de empresas capitalistas. Um exército industrial de reserva foi revelado pelo desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicações, bem como pela crescente subdivisão do processo de trabalho. Assim, pois, todos estes trabalhadores potenciais agora podem competir ‘com êxito’ no mercado de trabalho mundial com trabalhadores dos países industrializados tradicionais”.¹¹

Cabe reconhecer que a flexibilização do processo de trabalho e produção envolve a emergência de um novo trabalhador coletivo. Agora, mais do que em qualquer época anterior, o trabalhador coletivo é uma categoria universal. O seu trabalho, enquanto trabalho social, geral e abstrato, realiza-se em âmbito mundial. É no mercado mundial que as trocas permitem a realização da mercadoria, excedente, lucro ou mais-valia. Isto significa que todo trabalho individual, concreto e privado passa a subsumir-se ao trabalho social, geral e abstrato que se expressa nas trocas mundiais, no jogo das forças produtivas em escala global.¹²

É claro que continuam a manifestar-se as mais diversas formas sociais e técnicas de trabalho, no campo e na cidade, nos setores primário, secundário e terciário, ou na produção de bens de produção e de consumo. Inclusive todas essas formas de trabalho guardam características sócio-culturais próprias de cada trabalhador e lugar, de cada grupo social e meio social, em diferentes nações e continentes, ilhas e arquipélagos. Isto significa que os trabalhadores continuam a ser mulheres e homens, crianças, adolescentes, adultos e velhos, negros, índios, brancos e asiáticos, orientais e oci-

10. BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista* (A Degradação do Trabalho no Século XX), trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977, p.325-326.

11. FROBEL, F.; HEINRICHS, J. e KREYE, O. Op. cit., p.34.

Consultar também:

SCHILLER, N.G.; BASCH, L. e BLANC-SZANTON, C. (Editors). *Towards a Transnational Perspective on Migration* (Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered). Annals of the New York Academy of Science. New York, v.645, 1992.

12. MARX, K. *El Capital*, 3 tomos, trad. de Wenceslao Roces. México, Fondo de Cultura Económica, 1946-1947.

_____. *Elementos Fundamentales para la Critica de la Economia Política* (1857-1858). México, 3 vols., trad. de José Aricó, Miguel Murmis e Pedro Scarón, Sigo Veintiuno Editores, 1971-1976.

dentais, manuais e intelectuais, mantendo e recriando diversidades e desigualdades. Inclusive continuam, reiteram-se ou mesmo aprofundam-se as desigualdades, as intolerâncias, os preconceitos de base racial, religiosa, lingüística, de sexo e idade. As mais diversas características, ou determinações sócio-culturais, políticas ou ideológicas, prevalecem e permanecem, reiteram-se e desenvolvem-se.

A despeito dessa diversidade e precisamente por isso mesmo é que todas as formas singulares e particulares de trabalho são subsumidas pelo trabalho social, geral e abstrato que se expressa no âmbito do capitalismo mundial, realizando-se aí. Da mesma maneira que as mais diferentes formas singulares e particulares do capital são levadas a subsumir-se ao capital em geral, que se expressa no âmbito do mercado mundial, algo semelhante ocorre com as mais diversas formas e significados do trabalho. É no âmbito da sociedade global que as muitas singularidades e particularidades passaram a adquirir uma parte essencial da sua forma e significado.

A globalização da questão social

O mesmo processo de amplas proporções que expressa a globalização do capitalismo expressa também a globalização da questão social. É claro que os problemas sociais continuam e continuarão a manifestar-se em formas locais, provincianas, nacionais e regionais, mas também já é evidente que se manifestam em escala mundial. A dinâmica da nova divisão internacional do trabalho, compreendendo a dinâmica das forças produtivas e a universalização das instituições que sintetizam as relações capitalistas de produção, tem recriado diferentes aspectos da questão social e, simultaneamente, engendrado novos. Estes podem ser considerados, em síntese, alguns dos aspectos mais evidentes da questão social presente na sociedade global: desemprego cíclico e estrutural; crescimento de contingentes situados na condição de subclasse; superexploração da força de trabalho; discriminação racial, sexual, de idade, política, religiosa; migrações de indivíduos, famílias, grupos e coletividades em todas as direções, através de países, regiões, continentes e arquipélagos; ressurgência de movimentos raciais, nacionalistas, religiosos, separatistas, xenófobos, racistas, funda-

mentalistas; múltiplas manifestações de pauperização absoluta e relativa, muitas vezes verbalizadas em termos de “pobreza”, “miséria” e “fome”.

Esses e outros aspectos da questão social, vista em escala mundial, apresentam-se freqüentemente mesclados, combinados e reciprocamente dinamizados. Conforme o contexto social em causa, podem predominar estes ou aqueles aspectos. Há contextos sociais em que o aspecto racial se revela aguçado, preponderante, mas sem prejuízo de outras implicações também presentes, em outros pode ser ressaltado o aspecto religioso. Em todos os casos, no entanto, está presente o elemento básico da questão social envolvida na dissociação entre trabalho e produto do trabalho, produção e apropriação, ou simplesmente alienação. “A globalização é um aspecto de um fenômeno mais amplo, que afeta todas as dimensões da condição humana: a demografia, a pobreza, o emprego, as doenças endêmicas, o comércio de drogas e o meio ambiente, entre outras. Assim, muitos aspectos da realidade econômica adquiriram um caráter marcadamente transnacional, em grande medida devido ao enorme auge das tecnologias de informação”.¹³

O modo pelo qual diversos aspectos da questão social podem mesclar-se e dinamizar-se, seja atenuando seja agravando tensões, logo se evidencia no fenômeno do desemprego. Este pode ser cíclico e estrutural, envolvendo nações, regiões e o mundo como um todo. Ainda que as suas manifestações ocorram desigualmente, as relações e as redes que articulam a economia e a sociedade em escala mundial fazem com que algumas dessas manifestações revelem-se típicas da nova divisão internacional do trabalho. Ocorre que a transição do fordismo ao toyotismo, ou à flexibilização, amplamente dinamizada pelas tecnologias eletrônicas e informáticas, parece acentuar e generalizar o desemprego estrutural. São trabalhadores com reduzidas ou nulas possibilidades de empregar-se e movem-se de um lugar para outro, por diferentes cidades, províncias, nações e regiões, tecendo o seu mapa do mundo.

Em seu discurso de abertura da 48ª Assembléia Anual do Fundo Monetário Internacional/Banco Mundial, realizada em setembro de 1993, o diretor do FMI, Michel Comdessus, “apontou o desemprego como o maior problema a ser enfrentado pelos países industrializados. Ele citou a existência de 32 milhões de pessoas, três milhões a mais do que há dez anos, sem emprego no mundo rico”.¹⁴ É claro que no “mundo pobre” é mais acentuado o fenômeno do desemprego, na maioria dos casos agravado pela carência ou deficiência dos meios de proteção social. Não se deve es-

13. NACIONES UNIDAS. *Equidad y Transformacion Productiva: un enfoque integrado*. Santiago de Chile, 1992, p.47-48.

14. APPY, R. “Desemprego vira maior problema mundial”. *O Estado de S.Paulo*. São Paulo, 29 de setembro de 1993, p.8.

quecer que o desemprego estrutural, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, é provocado, em geral, pelas políticas adotadas pelas matrizes das transnacionais. São decisões sobre as quais os estados nacionais possuem escassa ou nula influência.

As exigências da reprodução ampliada do capital, envolvendo sempre a concentração e a centralização de capitais, bem como o desenvolvimento desigual e combinado, atravessam fronteiras e soberanias. Todos os países, ainda que em diferentes gradações, estão sendo alcançados pelo desemprego estrutural decorrente da automação, robotização e microeletrônica, bem como dos processos de flexibilização generalizada. “Um número surpreendentemente elevado daqueles que perderam seu empregos jamais os terá de volta, disse num discurso recente o secretário do Trabalho dos Estados Unidos, Robert Reich. A economia está produzindo tanto quanto antes, ou mais, com muito menos mão-de-obra. Graças ao uso de novas tecnologias, baseadas na eletrônica, e à alteração das formas de trabalho, houve um notável ganho de produtividade em poucos anos... Enquanto políticos e sindicalistas discutem, as empresas cortam”.¹⁵

Esse é o contexto do agravamento da condição operária, da redução dos salários e da superexploração da força de trabalho. “A existência de um grande contingente de trabalhadores desempregados (separados dos meios de produção, como resultado da generalização das relações capitalistas de produção), bem como a simultânea existência de pobreza acentuada em países em desenvolvimento, força o desempregado a trabalhar virtualmente a qualquer preço (isto é, a qualquer salário). No âmbito da economia mundial integrada, a força de trabalho desempregada dos países em desenvolvimento constitui um exército industrial de reserva que pode ser mobilizado a qualquer momento. O tamanho total do exército de reserva nos países em desenvolvimento... excede facilmente o total dos empregados na manufatura na Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão”.¹⁶ Simultaneamente, acentua-se a exploração da força de trabalho empregada nos países em desenvolvimento. Fica evidente que a

utilização da força de trabalho realiza-se em condições de superexploração: salários ínfimos, longas jornadas de trabalho “legitimadas” pelo instituto das horas extras, aceleração do ritmo de trabalho pela emulação do grupo de trabalho e pela manipulação da velocidade das máquinas e equipamentos produtivos, ausência ou escassez de proteção ao trabalhador em ambientes de trabalho e insegurança social. Superexploração, nesse contexto, significa que “não é garantida ou realizada a recuperação física e mental, bem como a reprodução da força de trabalho gasta no processo de trabalho. Em muitos casos, os salários não são suficientes para garantir o mínimo da subsistência física”.¹⁷

Vários aspectos da questão social convergem no fenômeno do desemprego, o que pode acentuar a gravidade da questão social e das tensões que a constituem. Aí aparecem problemas relativos aos preconceitos de raça, idade e sexo, tanto quanto os referentes à religião e língua, cultura e civilização. “A perda do emprego é um processo seletivo. A propósito disto, colocam-se dois aspectos. Primeiro, diferentes grupos sociais experienciam diferentes níveis de desemprego. Segundo, o desemprego tende a ser geograficamente desigual no interior dos países. No que se refere aos grupos sociais, as pessoas menos sujeitas ao desemprego são homens entre 25 e 54 anos, com boa educação ou boa formação profissional. Isto deixa vulnerável ao desemprego grande número de pessoas: mulheres, jovens, velhos, minorias. Muitos destes são trabalhadores não-qualificados ou semiqualeificados”.¹⁸

O desemprego estrutural pode implicar a formação da subclasse, uma manifestação particularmente aguda da questão social. Mais uma vez, o fenômeno da subclasse — como expressão do desemprego prolongado, bem como de transformações sociais mais amplas na organização da sociedade — revela vários aspectos da questão social: pauperismo, desorganização familiar, preconceito racial, guetização de coletividades em bairros das grandes cidades, preconceito sexual e de idade, e desenvolvimento de uma espécie de subcultura de coletividades segregadas. O termo subclasse expressa “a cristalização de um segmento identificável da população na parte inferior, ou sob a parte inferior, da estrutura de classes”.¹⁹ Estas são algumas das características da subclasse: “minorias raciais, desemprego por longo tempo, falta de especialização e treinamento profissionais, longa dependência do assistencialismo, lares chefiados por mulheres, falta de uma ética do trabalho, droga, alcoolismo”.²⁰ “A subclasse diz respeito a um fenômeno social observado no século XX em sociedades capitalistas avançadas... indicando uma crescente desigualdade e a emergência de

15. KUNTZ, R. “Mundo rico tem mais desemprego”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 29 de agosto de 1993, p.6.

16. FROBEL, F.; HEINRICHS, J. e KREYE, O. Op. cit., p. 341.

17. Idem, ibidem, p. 359.

18. DICKEN, P. *Global Shift* (The Internationalization of Economic Activity). London, Paul Chapman Publishing, 1992, p.425-426.

19. HEISLER, B.S. “A comparative perspective on the underclass: questions of urban poverty, race and citizenship”. *Theory and Society*, v. 20, n.4, 1991, p. 455-483; citação da p. 455.

20. Idem, ibidem, p. 455.

uma nova fronteira separando um segmento da população do resto da estrutura de classe".²¹

Junto com a subclasse, ou em concomitância com ela, tem ocorrido uma espécie de "terceiromundialização" de grandes cidades de países do "Primeiro Mundo", maiores beneficiários da globalização do capitalismo. Esse fenômeno é bem uma expressão das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que acompanham a globalização. Mostra como as desigualdades que se encontravam, ou pareciam, represadas no "Terceiro Mundo" logo se manifestaram também no "Primeiro Mundo". Sob certos aspectos, a vitória do capitalismo contra o "comunismo", a desagregação do bloco soviético ou a crise do mundo socialista espalharam problemas pelos quatro cantos do mundo. Em boa parte, no entanto, ocorre que a questão social, que se encontrava recoberta nos países dominantes, logo apareceu à luz do dia.

Quando o "diabólico" inimigo deixou de existir, muitos tiveram que reconhecer as condições sob as quais estavam vivendo, o lugar em que se encontravam, os problemas sociais que o capitalismo tem criado em todos os cantos do mundo. "Para fazer sentido, a expressão 'cidade terceiro mundo' deve referir-se a uma crescente imigração. Deve incluir o processo e o resultado da reestruturação econômica: a perda da manufatura de salários altos, sem a correspondente oportunidade de emprego para os trabalhadores desempregados; a expansão da indústria de salários baixos; a criação de condições de trabalho do terceiro mundo (declínio ou não existência de padrões de trabalho e saúde, trabalho infantil, salários submínimos); a transferência de atividades produtivas das grandes empresas para pequenas, com as características de mercado de trabalho secundário; crescimento do setor informal; e a expansão das condições

de vida do terceiro mundo (habitações superpovoadas, deterioração das condições de saúde, educação inadequada) e uma reduzida capacidade do estado para controlar a crise sócio-econômica; tudo isto resultando em uma marcada polarização entre a 'cidade' e o 'gueto', o que se expressa cada vez mais nas comunidades fechadas e nos populosos bairros de Los Angeles".²²

Juntamente com os movimentos migratórios, com o desemprego cíclico e estrutural, com a formação da subclasse e com a "terceiromundialização" de grandes cidades não só nos países dominantes desenvolve-se o racismo. As mais diversas modalidades de racismos manifestam-se na Europa, Estados Unidos, Japão, bem como nos países remanescentes do mundo socialista. O que parecia inexistente, latente ou encoberto, logo se manifesta evidente nas mais diversas sociedades européias, asiáticas, africanas e americanas. Desde que se acelerou o processo de globalização do capitalismo, proliferaram-se os racismos de todos os tipos sociais, formas culturais, cores raciais. São ingredientes ativos da questão social, junto com o preconceito de sexo e idade, que se aguçam e generalizam em escala mundial.

Entretanto, cabe observar que o racismo é uma face importante da questão social, visto no horizonte da globalização, pois expressa os encontros e desencontros de trabalhadores de diferentes países e continentes, ilhas e arquipélagos, raças e culturas. Expressa a luta pelo emprego contra o desemprego ou subemprego, em favor da estabilidade ou ascensão sociais. Põe em causa o nativo ou nacional em face do imigrante, estrangeiro, outro. Hierarquiza social, econômica, política e culturalmente, reificando o traço fenotípico, o sinal da diferença transfigurado em estigma da desigualdade. É por esse motivo que, freqüentemente, o racismo é uma espécie de "fundamentalismo cultural" aparecem juntos, mesclados, reforçando-se e revelando o que muitos pensavam inexistente ou guardavam encoberto. "O fundamentalismo cultural é uma ideologia de exclusão coletiva, baseada na idéia do 'outro' como estrangeiro, um estranho, como o termo xenofobia sugere, isto é, um não-cidadão. (...) O racismo se manifesta e opera com um critério particular de classificação, a 'raça', o que implica dividir a humanidade em grupos inerentemente distintos, hierarquicamente classificados, dentre os quais um se proclama único, superior".²³

Neste ponto já se constituíram vários dos ingredientes habitualmente manipulados por alguns setores sociais dominantes, no sentido de criminalizar as classes assalariadas, subalternas ou "perigosas", desenvolvendo xenofobias,

21. Idem, *ibidem*, p. 456-457.

Consultar também:

LAWSON, B.E. (Editor). *The Underclass Question*. Philadelphia, Temple University Press, 1992.

DAHRENDORF, R. *O Conflito Social Moderno* (Um Ensaio sobre a Política da Liberdade), trad. de Renato Aguiar e Marco Antonio Esteves da Rocha. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992, esp. cap. 7.

22. WOLFF, G. "The making of a third world city? Latino labor and the restructuring of the L. A. economy". Comunicação apresentada no XVII International Congress da Latin American Studies Association. Los Angeles, 1992, p.4.

Consultar também:

PORTES, A.; CASTELLS, M. e BENTON, L.A. (Editors). *The Informal Economy* (Studies in Advanced and less Developed Countries). Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1989.

23. STOLCKE, V. "The right of difference in an unequal world". Comunicação apresentada no seminário sobre imigração, etnicidade e identidade nacional. Florença, European University Institute, 1992, p. 26-27.

Consultar também:

SCHILLER, N.G.; BASCH, L. e BLANC-SZANTON, C. (Editors). Op. cit.

eticismos, racismos e fundamentalismos. A manipulação de meios de comunicação, particularmente da mídia impressa e eletrônica, pode promover a criminalização dos humilhados e ofendidos, desempregados e subempregados, membros de subclasses, habitantes de guetos, migrantes de todos os lugares tecendo o seu mapa do mundo. Mais uma vez, está em curso um processo que pode ser denominado de as metamorfoses da multidão. As mais diversas manifestações de xenofobia, etnicismo, racismo e fundamentalismo são progressivamente apresentadas à opinião pública mundial de modo a criminalizar os desempregados e subempregados, membros de subclasses, habitantes de guetos e periferias, trabalhadores em luta por outras condições de vida e de trabalho.

Sob os mais diversos aspectos, inclusive em termos poucos conhecidos, apresentando características novas junto com antigas, a questão social revela-se produto e ingrediente da globalização do capitalismo.

Cultura e consciência de classe

Na época da globalização do capitalismo, as condições de formação da consciência social do trabalhador, em geral, e do operário, em particular, podem ser decisivamente influenciadas pelos horizontes da globalização. Além das condições peculiares a cada situação de vida e de trabalho, em âmbitos local, nacional e regional, contam-se as que se formam no âmbito da sociedade global, em suas configurações e em seus movimentos. Na medida em que a sociedade global pode ser concebida como uma totalidade complexa, dinâmica e contraditória, evidentemente pode abrir perspectivas originais para indivíduos, grupos, classes, coletividades e povos. Na mesma medida em que as realidades locais, nacionais e regionais influenciam a realidade mundial, incutindo-lhe características e movimentos, também se pode afirmar que a sociedade global institui algumas condições e possibilidades de vida e trabalho, consciência e visão da realidade, por parte de indivíduos, grupos, classes, coletividades e povos. Mas é importante reconhecer (ao menos como hipótese para reflexão sobre as implicações da globalização) que as configurações e os movimentos da sociedade global constituem condições e possibilidades sem as quais já não se pode compreender as formas e os horizontes da consciência do trabalhador, em geral, e do operário, em particular.

Na época da globalização do capitalismo, o mundo do trabalho torna-se realmente mundial, deixando de ser uma

metáfora. Agora, ele se dinamiza segundo o jogo das forças sociais que constituem, organizam, movimentam e tensionam a sociedade global. Agora, o mundo do trabalho está decisivamente influenciado pelo jogo das forças produtivas e relações de produção em atividade no âmbito do capitalismo como um modo de produção propriamente global.

Esse é o horizonte em que se formam as condições e as possibilidades de consciência social e de visão da realidade não só do trabalhador e do operário, mas de todos: indivíduos, famílias, grupos sociais, classes sociais e coletividades, nações e nacionalidades, mulheres e homens, jovens e adultos, negros, índios, asiáticos e brancos, orientais e ocidentais. Em alguma medida, todas as categorias sociais são postas diante das influências e dos horizontes criados com a formação da sociedade global. Já há algo de cosmopolita em cada um e em todos, nos mais diversos cantos e recantos do mundo.

É óbvio que a globalização do mundo do trabalho torna mais complexas as condições de formação da consciência social do operário. Alguns aspectos dessas condições podem ser focalizados de modo breve.

Primeiro, o trabalho entra como a força produtiva fundamental na reprodução ampliada do capital, tomado em escala global. Devido à globalização do capitalismo — compreendendo a nova divisão internacional do trabalho —, à transição do fordismo ao toyotismo, à formação da fábrica global e à desterritorialização de centros decisórios e de estruturas de poder — amplamente dinamizadas pela eletrônica e pela informática —, todo operário passa a ser parte da mão-de-obra, ou força de trabalho, de caráter global. Em alguma medida, as suas condições de vida e de trabalho passam a ser determinadas pelas relações, processos e estruturas de apropriação econômica e dominação política que operam em escala global. Além das injunções locais, nacionais e regionais, contam-se também, e muitas vezes de forma decisiva, com as mundiais. O jogo das forças econômicas e sociais, em escala mundial, influencia em alguma medida o modo pelo qual se organiza o processo de trabalho e as condições materiais e espirituais de vida nas mais diversas localidades, nações e regiões.

O segundo aspecto refere-se ao fato de a passagem do fordismo ao toyotismo, ou a organização flexível da produção, ser simultânea à passagem da economia nacional à global. Tanto é assim que a emergência das cidades globais expressa a emergência de novos e mais abrangentes centros de poder, freqüentemente sobrepondo-se à soberania do estado-nação. A nova divisão internacional do trabalho,

transformando o mundo em uma fábrica global, rompe fronteiras políticas e culturais de todos os tipos. As bases culturais nacionais do capitalismo keynesiano, no qual floresceu o fordismo, já não são suficientes para servir de base para o capitalismo global, que envolve as mais diversas culturas e civilizações, convivendo com elas, modificando-as e até mesmo provocando ressurgências.

As tradições socioculturais e políticas de cada país, bem como as suas diversas formas de organização da vida e do trabalho, são levadas a combinar-se com outros padrões socioculturais e políticos, correspondentes à racionalidade embutida na organização flexível da produção e do trabalho, envolvendo a dimensão mundial da nova divisão do trabalho. Simultaneamente, chegam a cada local, nação e região padrões oriundos dos centros dominantes, das cidades globais, instituindo parâmetros, modas e sistemas de referência. Isto significa que a condição operária, em cada lugar e em todos os lugares, passa a ser influenciada por padrões e valores socioculturais, políticos e outros dinamizados a partir das cidades globais que articulam o desenho do novo mapa do mundo.

O terceiro aspecto a ser ressaltado diz respeito à possível multiplicação, no âmbito da fábrica global, das diversidades, desigualdades e tensões envolvendo raça, sexo e idade, enquanto determinações socioculturais atravessando relações, processos e estruturas. No mercado mundial, em que as forças produtivas parecem dinamizar-se e potencializar-se, pode intensificar-se o movimento de trabalhadores circulando por nações e continentes, ilhas e arquipélagos. Os fluxos migratórios expressam boa parte do funcionamento do mercado mundial de força de trabalho, do exército industrial de trabalhadores ativos e de reserva. Esse é o âmbito das multiplicidades, diversidades, desigualdades e tensões que envolvem raça, sexo e idade.

Pode-se, ainda, focalizar um quarto aspecto. No âmbito do capitalismo global, as metamorfoses da força de trabalho realizam-se em escala diferente das que ocorriam no capitalismo nacional. Agora o trabalhador coletivo adquire dimensão e significado mundiais. Os inúmeros trabalhadores individuais distribuídos pelos mais diferentes lugares do novo mapa do mundo podem sintetizar-se no trabalhador coletivo formado no âmbito da economia global. O contraponto singular, particular e geral, que articula capital, tecnologia e divisão do trabalho, articula também a força de trabalho, isto é, o operário. Este deixa de ser apenas local, nacional e regional, adquirindo também a conotação global. Juntamente com a mercadoria, que é a primeira a adquirir

cidadania mundial, vem o operário, que se torna cidadão do mundo antes de tomar plena consciência disto. A despeito da sua singularidade, ou da peculiaridade das condições de vida e de trabalho em que se insere imediatamente, o operário já se tornou também componente do operário coletivo, do operário em geral, desterritorializado, constituindo o trabalho social, abstrato e geral que fundamenta a reprodução ampliada do capital em escala global.

Sendo assim, a classe operária se constitui como categoria simultaneamente nacional e mundial. Em muitos casos, as condições de vida e de trabalho predominantes na sociedade nacional prevalecem no seu horizonte, nas condições e possibilidades de formação da sua consciência. Mesmo nesses casos, no entanto, sempre estão presentes relações e implicações da sociedade global, do modo pelo qual operam os fatores do mercado, as forças sociais em jogo, os horizontes e as injunções materiais e espirituais presentes no mundo.

Finalmente, o quinto aspecto refere-se ao fato de a sociedade global em formação com a mundialização do capitalismo envolver necessariamente o desenvolvimento da cultura em escala também mundial. Além de tudo o que tem ocorrido no passado distante e recente — em termos de internacionalização da cultura, formação de correntes de pensamento, interpretações da realidade social em sentido lato, emergência e generalização de estilos artísticos e visões do mundo filosóficas e científicas —, com a emergência da sociedade global, ocorre novo e amplo surto de mundialização de padrões e valores socioculturais, políticos, religiosos e outros.

O catolicismo ingressa em novo projeto de catequese do mundo, por intermédio do Lumen 2.000. Também o protestantismo e o islamismo são dinamizados por todos os meios. Multiplicam-se e cruzam-se fundamentalismos religiosos e culturais. O marketing global encarrega-se de popularizar mercadorias e ideais, modas e modos, signos e símbolos, novidades e consumismos, em todos os países, culturas e civilizações.

Em boa medida, a mundialização cultural, principalmente no que se refere à cultura de massa, é grandemente realizada e orquestrada pela mídia impressa e eletrônica. Ela se organiza numa indústria cultural, inclusive como setor produtivo altamente lucrativo, de alcance mundial. Chega nos mais distantes lugares, cantos e recantos. Combinada com o marketing global, com o qual convive e confunde-se muitas vezes, difunde e reitera continuamente padrões e valores pre-
valecentes nos centros dominantes, irradiados desde as

idades globais, tecendo mercadoria e ideologia, corações e mentes, nostalgias e utopias.²⁴

Para avaliar um pouco mais precisamente o significado da mídia impressa e eletrônica no âmbito da cultura e da formação das mentalidades em geral, cabe reconhecer que ela trabalha eficazmente com várias “linguagens”. Em nível mais geral, estão a palavra, o som, a cor, a forma e a imagem. São recursos expressivos da maior importância, que a mídia opera com eficácia na notícia e análise relativas aos mais diversos assuntos da vida das sociedades local, nacional, regional e global, do norte ao sul, do ocidente ao oriente, do relevante ao frívolo. Talvez se possa dizer que o que predomina na mídia mundial, no fim do século XX, é a imagem. Com frequência, as outras “linguagens” aparecem de maneira complementar, assessoria, ou propriamente subordinada à imagem. Tanto assim que a mídia apresenta aspectos e fragmentos das configurações e movimentos da sociedade global como se fosse um vasto espetáculo de vídeo-clip. Sim, esta parece ser a “multimídia” mais freqüente, caracterizando um aspecto fundamental da cultura de massa na época da globalização. Ao lado da montagem, colagem, bricolagem, simulacro e virtualidade, muitas vezes combinando tudo isso, a mídia parece priorizar o espetáculo vídeo-clip. Tanto é assim que guerras e genocídios parecem festivais pop, departamentos do shopping center global, cenas da disneylândia mundial. Os mais graves e dramáticos acontecimentos da vida de indivíduos e coletividades aparecem, em geral, como um vídeo-clip eletrônico informático, desterritorializado entretenimento de todo o mundo.

Observada nessa perspectiva, a mídia constitui-se no intelectual orgânico dos grupos, classes ou centros de poder dominantes na sociedade global. Desde que alcançou envergadura mundial, a mídia impressa e eletrônica passou a monopolizar ou a influenciar decisivamente grande parte das informações e interpretações sobre o que ocorre em todo canto e recanto do novo mapa do mundo. Isto significa que ela pode operar de modo seletivo: localizando, priorizando, desprezando, enfatizando ou interpretando fatos, situações, configurações, movimentos, entendimentos, conjunturas, rupturas. Nada lhe escapa, mas nem tudo ela passa. Devido aos limites de espaço e tempo, à definição do que é momentoso e irrelevante, aos compromissos dos diretores dos

meios de comunicação com empresas e corporações, governos e partidos, igrejas e correntes de pensamento, devido a essas e outras injunções, a mídia impressa e eletrônica pasteuriza a economia e a sociedade, a política e a cultura, a geografia e a história, o indivíduo e o mundo. Revela-se um intelectual orgânico ainda pouco conhecido, surpreendente e insólito, capaz de reunir dezenas, centenas e milhares de intelectuais espalhados por todo o mundo e levados a narrar diferentemente do que narraram, ou às avessas do que narraram.

Nesse momento, coloca-se o problema da hegemonia. Desde que a mídia impressa e eletrônica passou a tecer o novo mapa do mundo, as possibilidades de construção, afirmação ou transformação de hegemonia passam a ser condicionadas, limitadas e administradas por uma espécie de intelectual orgânico não só surpreendente e insólito, mas também ubíquo e desterritorializado. ■

24. MATTELART, A. *L'Internationale Publicitaire*. Paris, Éditions La Découverte, 1989.

LEVITT, T. *A Imaginação de Marketing*, trad. de Auriphebo Berrance Simões, 2ª edição, São Paulo, Editora Atlas, 1991.